

Um projeto político inovador: a prefeitura de Pedro Ernesto Baptista no Rio de Janeiro na década de 1930

**An innovative political project:
Pedro Ernesto Baptista's prefecture in Rio de Janeiro in the 1930s.**

*Thiago Cavaliere Mourelle**

RESUMO

Esse artigo trata do projeto político inovador de Pedro Ernesto Baptista, inicialmente interventor e posteriormente primeiro prefeito eleito da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Ele foi o responsável pela criação da União Trabalhista do Distrito Federal, da Universidade do Distrito Federal, além de pioneiro na liberação dos cassinos e na oficialização do samba; tornou-se ainda o idealizador de importantes projetos, como por exemplo, a Escola de Polícia. Ele foi aos poucos aprofundando suas relações com os trabalhadores e conquistou ampla popularidade, o que causou o descontentamento de diversos grupos políticos. O grande opositor do Prefeito viria a ser o presidente da República e os homens do governo federal, que viam Pedro Ernesto como força política que crescia nacionalmente e que poderia se tornar um concorrente em potencial para Vargas.

PALAVRAS-CHAVE: Pedro Ernesto Baptista; Populismo; Trabalhismo; União Trabalhista; Universidade do Distrito Federal; Rio de Janeiro; Brasil.

ABSTRACT

This article deals with the innovative political project of Pedro Ernesto Baptista, initially intervenor and subsequently first elected mayor of Rio de Janeiro, then Federal District. He was responsible for the creation of the Labor Federal District, the University of the Federal District, and pioneer in the release of the casinos and in formalizing the samba; became even the creator of important projects, such as the School Police. He was gradually deepening its relations with workers and gained widespread popularity, which caused the dissatisfaction of various political groups. The great opponent of the Mayor would be the president and the men of the federal government, which saw Pedro Ernesto as a political force that was growing nationally and could become a potential competitor to Vargas.

KEYWORDS: Pedro Ernesto Baptista; Populism; Laborism; Labor Union; University of Federal District; Rio de Janeiro; Brazil.

O pernambucano Pedro Ernesto Baptista chegou ao Rio de Janeiro quando se iniciava a primeira década do século XX. Formou-se médico e atuou ao lado do sanitarista Oswaldo Cruz nas campanhas contra a febre amarela realizadas nos morros cariocas no ano de 1909. Alguns anos mais tarde Pedro Ernesto passou a trabalhar na farmácia de seu amigo Augusto Amaral Peixoto, até

* Mestre em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Historiador do Arquivo Nacional (AN) / Brasil.

conseguir criar sua própria casa de saúde, graças principalmente a uma doação financeira de um rico português de quem salvara a vida.

A década de 1920 foi crucial para a determinação do rumo que tomaria a vida desse pernambucano. Sua casa de saúde ficou muito famosa não apenas por prestar caridade aos populares que não tinham condições de pagar pelos serviços médicos –na época, quase não havia serviço de saúde público, e o mais comum era pagar pelos serviços médicos privados–, mas também por esconder dezenas de membros participantes do movimento tenentista.

Médico e amigo da família Vargas, Pedro Ernesto foi um dos líderes do movimento que depôs Washington Luiz e colocou Getúlio na presidência da República. Não tardou para que os seus colegas tenentes pedissem um alto cargo administrativo¹ para ele, pedido prontamente aceito pelo presidente Vargas. Foi assim que, em 30 de setembro 1931, ele foi nomeado interventor do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em substituição a Adolfo Bergamini.

A notícia chegou à população através da edição das 18h do jornal *O Globo*, em 1º de outubro de 1931, que dava ciência de que Adolfo Bergamini havia pedido demissão e de que Pedro Ernesto Baptista, “uma das figuras mais destacadas do movimento revolucionário triunfante”, seria seu substituto.

Pedro Ernesto assumiu, usando pela primeira vez de um jargão que acabaria sendo o um lema repetido inúmeras vezes ao longo de seu governo: trabalho, honestidade e justiça. Reafirmou fidelidade total ao presidente da República e procurou demonstrar a unidade dos “revolucionários” ao dizer que “o programa de governo, aqui como nos Estados, é um só, é o da Revolução”.²

Quando observamos a conjuntura política daquele momento, percebemos que o novo interventor do Distrito Federal fez parte de um grupo numeroso de tenentes que estavam sendo nomeados interventores, o que mostrava a força política do tenentismo no início do governo Vargas.

Essa era a estratégia do Presidente, que buscava se cercar de quem o havia ajudado a chegar ao poder para se defender das pressões que sofria de estados fortes, tais como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, pelo retorno de

¹ CPDOC - FGV, Arquivo Pedro Ernesto, rolo 1, fot. 447.

² Biblioteca Nacional, *O Globo*, 01/10/1931 e 02/01/1931.

um governo constitucional.

Nesse contexto, o então interventor foi um dos fundadores do Clube 3 de Outubro, composto em sua maioria por militares, que funcionou como uma base de apoio a Vargas até a Revolução Constitucionalista de 1932.

Pedro Ernesto Baptista, mesmo antes de assumir a prefeitura, já defendia o aumento de gastos com hospitais e serviços da previdência social vinculados a eles, sugerindo a legalização do jogo, de cuja taxaçoão iria sustentá-los –projeto que, mais tarde, veio a por em prática. Segundo Conniff, ele “acreditava que o Estado deveria assumir uma responsabilidade mais ampla pelos pobres” (CONNIFF, 2006: 164). É claro que, muito além de um sentimento humanitário, a percepção dele girava em torno da necessidade de resolver os problemas sociais que cresciam de ano a ano.

Sobre a legislação trabalhista, assim que convidado a assumir o executivo do Distrito Federal, Pedro Ernesto não demorou muito para agir no sentido de torná-la realidade na capital da República. Ele tinha o objetivo de conquistar a simpatia da burocracia municipal; dessa forma, obteve o funcionalismo público da cidade do Rio de Janeiro como um aliado importantíssimo que não cessou de manifestar publicamente palavras de apoio ao Prefeito nas diversas oportunidades em que sua administração foi criticada.³

Mais importante, porém, é percebermos a ação de Pedro Ernesto dentro da conjuntura nacional de mudança de postura do governo em relação aos trabalhadores. O pioneirismo de Lindolfo Collor no estudo e desenvolvimento da legislação trabalhista (BARROS, 2007: 297-330) para o país, coube a Pedro Ernesto no âmbito municipal. Mais do que isso, o Prefeito algumas vezes se antecipou às deliberações nacionais, efetivando direitos trabalhistas através de decretos municipais antes dos mesmos serem postos em prática pelo presidente da República.

Pedro Ernesto era, sem dúvida, um homem extremamente atento à necessidade de conquistar o apoio dos trabalhadores. Durante o período em que esteve na qualidade de interventor do Rio de Janeiro (1931-1934), então Distrito

³ Entre as várias manifestações populares de apoio a Pedro Ernesto, podemos destacar: “Um preito de gratidão”, Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 01/01/1933; o “Manifesto dos trabalhadores cariocas” em favor de Pedro Ernesto, CPDOC - FGV, Arquivo Pedro Ernesto, rolo 1, fot. 553 e 554; as passeatas em favor de sua libertação, Biblioteca Nacional, *Diário da Noite*, 03/07/1937; entre outras.

Federal, ele se preocupou em proteger os empregados municipais com uma série de leis e, antes mesmo do fim de seu mandato na interventoria, acenou com uma paulatina ampliação desses direitos a todos os trabalhadores do Distrito Federal.

A criação da União Trabalhista do Distrito Federal foi o auge de um projeto minuciosamente planejado, desde 1931, para a extensão do “braço do Estado” a todos os trabalhadores. Como nos informa Tilly, a homogeneização da população torna mais fácil a administração pública (TILLY, 1996: *passim*). De 1931 a 1936 foram construídos cerca de 30 colégios municipais⁴ e grande parte da rede de hospitais⁵ públicos que existe até hoje. O Estado, ao transformar os excluídos em cidadãos, teriam destes a legitimação do novo Estado, ou seja, era um tipo de “acordo” que beneficiava ambos.

O pioneirismo de Pedro Ernesto no tratamento da questão trabalhista começou com a criação da Assistência Médico-Cirúrgica para os funcionários municipais –decreto nº 4.033– e o Montepio dos Empregados Municipais, além da regularização do pagamento do vencimento dos mesmos.⁶ A Assistência Médico-Cirúrgica se manteve graças à “quota de saúde”, taxa de 1% sobre todos os pagamentos devidos à prefeitura, à exceção dos impostos prediais e territoriais. Ainda, no intuito de conseguir verbas para solucionar os problemas sociais, ele revogou o plano de urbanização concebido por Alfred Agache⁷ e aprovado por seu antecessor, Adolfo Bergamini, evitando centenas de expropriações de casas populares. Definitivamente, é perceptível que a prioridade do governo, que costumeiramente era dada às reformas urbanas, se transferiu para os problemas sociais, que clamavam pela atenção do poder público.

Uma série de decretos municipais revolucionou a forma como a questão

⁴ Segundo o Boletim de Educação Pública –publicado pela Prefeitura do Distrito Federal– referente aos meses de julho a dezembro de 1934 (capítulo XIII, página 204), das 22 escolas cujas obras estavam iniciadas ou terminadas até então, 19 se localizavam nas zonas oeste e norte e apenas 3 na zona sul. É sinal de que a prefeitura tentava trazer para sua órbita de controle áreas que até então não tinha muita atenção do poder público.

⁵ Durante a estadia de Pedro Ernesto frente à prefeitura foram iniciadas as obras dos hospitais Rocha Faria, Carlos Chagas, Miguel Couto, Getúlio Vargas, Pedro Ernesto, Paulino Werneck, Carmela Dutra e Salgado Filho. Ou seja, grande parte da rede hospitalar existente até hoje na cidade do Rio de Janeiro. Para mais, ver Antonio César Lemme (s/d).

⁶ Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, CPDOC - FGV, verbete Pedro Ernesto Baptista.

⁷ Urbanista francês que elaborou, entre 1928 e 1930, um plano de urbanização para o Rio de Janeiro.

trabalhista era tratada pelo poder público. Já em 28 de outubro de 1931, nos primeiros dias da interventoria de Pedro Ernesto, o decreto nº 766 beneficiou a burocracia municipal com a estabilidade no emprego, ameaçada pela legislação anterior que se preocupava em permitir demissões e afastamentos em caso de necessidade de redução de gastos.

Alguns meses depois o decreto nº 3.790, de 2 de março de 1932, concedeu aos operários⁸ os direitos do funcionário municipal, tais como maior proteção da estabilidade no emprego e assistência médico-cirúrgica. Os operários ainda viriam a se beneficiar quando o decreto nº 3.786, inicialmente criado em prol dos funcionários do município, também se estendeu a eles, dispondo a respeito de aposentadorias e licenças por motivo de doenças contagiosas tais como tuberculose, lepra e câncer –até então o empregado doente se via forçado a ir trabalhar para não perder o emprego e costumeiramente acabava contagiando alguns de seus colegas– e ampliando para três meses o prazo de licença-maternidade.⁹

Em maio de 1934, já no fim de sua interventoria, Pedro Ernesto baixou o decreto nº 4.771, passando a conceder um mês de vencimento à família do funcionário falecido, algo inovador até então. Na mesma época, já no início da campanha eleitoral para as eleições municipais, o Prefeito-Interventor estendeu aos operários, diaristas, jornaleiros¹⁰ e mensalistas, não titulados, da municipalidade, as férias de que tratava o decreto nº 2.124.

O mais importante talvez tenha sido o decreto que Pedro Ernesto instituiu no 1º de maio de 1934, antecipando-se mais uma vez ao governo federal, criando a Lei do Salário Mínimo no município do Rio de Janeiro. Ele aproveitou a ocasião para conceder, no mesmo dia, 10% de aumento ao funcionalismo

⁸ É importante frisar que os “operários” citados abrangem a totalidade dos trabalhadores urbanos.

⁹ Embora regulamentada nacionalmente somente na Consolidação das Leis do trabalho, em 1943, o início dos debates sobre a licença-maternidade data de 1912, quando iniciaram as discussões parlamentares sobre o assunto. Porém, a primeira legislação ocorreu somente na esfera estadual de São Paulo, com a lei 1.596 de 29 de dezembro de 1917 e, nacionalmente, somente seis anos mais tarde, pelo decreto 16.300 de 21 de dezembro de 1923, que estabelecia um mês de licença antes e o mesmo período de descanso após o parto. Portanto, o decreto 4.786, de Pedro Ernesto, triplicou a licença existente até então.

¹⁰ No vocabulário da época: quem fazia uma jornada de trabalho durante determinado período na semana.

público.¹¹

Tais realizações nos ajudam a compreender ainda melhor o porquê das dezenas de manifestações de apoio a Pedro Ernesto ao longo de seu mandato e a ovação recebida no momento de sua libertação, em 1937¹², e em seu enterro, em 1942¹³. Não foi somente sua famosa obra nos campos da educação e saúde que fizeram com que o tenente-civil fosse querido pela população, mas também, e talvez principalmente, esses diversos decretos estendendo os direitos trabalhistas, primeiro para a burocracia municipal, depois para os trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro de um modo mais amplo.

Pedro Ernesto fez questão de ressaltar sua capacidade administrativa em vários momentos com a intenção de promover a si mesmo. Nesse trecho de um discurso proferido já depois de sua saída da prefeitura, verificamos o orgulho do então já ex-prefeito pela forma como foi arquitetada a engenharia financeira no seu governo: “[...] de 1931 até a data em que se verificou o meu afastamento, foi o Distrito Federal a única unidade da Federação que não bateu às portas do Banco do Brasil e da Caixa Econômica ou que não derramou apólices de empréstimos de consolidação com prêmios tentadores”.¹⁴

Numa análise mais detida dos decretos instituídos no período que vai do final de sua interventoria (1934) até o fim do curto período em que esteve na qualidade de prefeito eleito (cerca de um ano, entre maio de 1935 e abril de 1936), percebemos o aprofundamento do caráter popular da administração de Pedro Ernesto. A estratégia dele era claramente definida: a manutenção de boas relações com diversos grupos da sociedade civil ao mesmo tempo em que buscava sua base de apoio prioritariamente junto ao trabalhador da capital da República.

¹¹ Todas essas leis e decretos podem ser vistos em: CPDOC - FGV, Arquivo Pedro Ernesto, rolo 1, fot. 912.

¹² “A multidão canta o nome de Pedro Ernesto entoadamente. Enquanto isso, o povo vai afluindo para todas as vias que deverão ser percorridas pelo cortejo, tomando as calçadas. [...] Há centenas de milhares de pessoas e centenas de automóveis superlotados.” Biblioteca Nacional, *Jornal do Brasil*, 15/09/1937.

¹³ “A certa altura, não foi mais possível conter os que se esforçavam para conseguir tomar uma das alças do caixão, e desse momento em diante passou a urna funerária a ser carregada ao ombro dos populares, muitos dos quais a aparência denunciava pertencerem à classe humilde, onde maior se fizera o vasto círculo de admiradores do ex-prefeito da cidade.” Biblioteca Nacional, *Correio da Manhã*, 12/08/1942.

¹⁴ CPDOC - FGV, Arquivo Pedro Ernesto, rolo 1, fot. 914.

Pedro Ernesto soube estabelecer com diversos grupos da sociedade civil uma relação pacífica e harmônica que lhe faltara nas relações políticas com a Igreja Católica,¹⁵ a Ação Integralista Brasileira e, em determinado momento, dentro de seu próprio partido. O Prefeito era querido na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) pelo fato de ter doado o terreno onde ira ser construída a sede desse órgão.¹⁶ Também coube a Pedro Ernesto a doação de parte do terreno onde foram estabelecidas as instalações do Clube de Regatas do Flamengo, na Gávea. As participações em festas, solenidades e as várias colaborações da prefeitura com clubes, associações e grupos civis lhe valeram o recebimento de uma enormidade de títulos honoríficos de diversas naturezas. Associações comerciais,¹⁷ a Academia Brasileira de Letras (ABL) e grupos de industriais portugueses foram outros exemplos de grupos com os quais o Prefeito gozava de imensa simpatia.¹⁸

A moralização do serviço público, cuja corrupção era um problema grave a ser enfrentado, também foi uma tônica recorrente em sua administração. O decreto mais importante, nesse sentido, foi o de número 5.003, de 12 de julho de 1934, que definiu que os serventuários só receberiam remunerações mediante mostrar a carteira de identidade funcional –criada também por Pedro Ernesto– na “Seção de Pessoal e Informações”. O pagador que não anotasse o número ou o adulterasse, poderia receber penas gravíssimas que chegavam até a exoneração.

Enquanto isso a extensão das medidas trabalhistas continuaram: em 21 de novembro de 1935, o decreto nº 48 permitiu que professores primários e secundários particulares do Distrito Federal contribuíssem para a assistência médico-cirúrgica dos empregados municipais, contanto que estivessem inscritos

¹⁵ O relacionamento entre Pedro Ernesto e Igreja Católica era o pior possível. O prefeito e seu secretário Anísio Teixeira defendiam o ensino laico e, por esta razão, haviam acabado com a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas. O intelectual Alceu Amoroso Lima, católico fervoroso, capitaneou as críticas a Pedro Ernesto, chamando-o diversas vezes de comunista e acusando-o de ser um subversivo da ordem.

¹⁶ Decreto nº 27 de 25 de setembro de 1935.

¹⁷ Um exemplo é a cessão de um terreno, pelo decreto nº 50, de 22 de novembro 1935, ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, para a construção de sua sede.

¹⁸ Vargas também veio a gozar das mesmas simpatias junto a grupos da sociedade civil. Porém, é importante ressaltar que a quantidade de títulos honoríficos recebidos por Pedro Ernesto é tremendamente maior do que os recebidos pelo Presidente, no período de 1930 a 1936. O maior acolhimento de Vargas por esses grupos da sociedade civil se deu já na ditadura do Estado Novo, a partir de 1937. Para maiores esclarecimentos ver: CPDOC - FGV, Arquivo Pedro Ernesto, rolo 1, fot. 920.

no Departamento de Educação.

A desapropriação de terrenos para a colocação em prática da política educacional e sanitária também é muito recorrente. Na análise dos decretos do Prefeito encontramos várias desapropriações para esse fim, principalmente no período do final de sua interventoria e início da gestão como prefeito eleito. Exemplos disso foram os decretos nº 5.260, de 6 de dezembro 1934, e nº 5.618, de novembro de 1935. Eles desapropriaram, respectivamente, um terreno na Rua Mariz e Barros e outro na Estrada Real de Santa Cruz, ambos no intuito de construir nessas localidades novas escolas públicas.

Dentre as inúmeras medidas sociais de Pedro Ernesto cabe ainda mencionar duas ações importantes. A primeira foi a criação da “Comissão Mista de Tabelaamento de Gêneros Alimentícios”, pelo decreto nº 5.636, de 30 de setembro de 1935. O intuito era estabelecer preços máximos para artigos de primeira necessidade. Essa não é uma prática inovadora, mas é importante devido à constância que aparece o tabelaamento nos decretos municipais.

Outra iniciativa interessante foi o grande acordo instituído pelo Prefeito em 11 de dezembro de 1935. O decreto nº 5.679 perdoava algumas dívidas e dava um prazo de 15 dias para que os contribuintes devedores da prefeitura pagassem sem multa seus atrasos com o fisco. Essa medida, implementada duas semanas depois da *Intentona Comunista*, pode ser entendida como um ato populista com o intuito de ganhar popularidade num momento tão conturbado, em que seu projeto político estava já em risco – seu principal secretário, Anísio Teixeira, havia deixado o cargo na Secretaria de Educação e o próprio Pedro Ernesto já estava sofrendo acusações de envolvimento na *Intentona* por parte da Igreja Católica –principalmente através do intelectual Alceu Amoroso Lima– e por figuras fortes do Governo Federal, tais como o general Góis Monteiro e o chefe de polícia Filinto Muller.¹⁹

A fim de compreender melhor o sentido das ações de Pedro Ernesto é importante analisar a organização burocrática de seu governo. A estrutura

¹⁹ Após a *Intentona Comunista*, Vargas conseguiu a aprovação do Estado de Guerra, que tornou possível o início de uma perseguição aos seus inimigos e eventuais adversários políticos, sempre sob a égide da acusação de participação no levante aliancista. Em dezembro de 1935, Pedro Ernesto perdeu Anísio Teixeira, Secretário de Educação e homem de confiança que, perseguido, fugiu para o interior da Bahia.

administrativa da prefeitura de Pedro Ernesto, já como o primeiro prefeito eleito da história do Rio de Janeiro, embora em eleições indiretas, em 1935, revela a soma de todas as experiências acumuladas por ele ao longo dos quase quatro anos em que já ocupava a prefeitura da capital da República como interventor.

O decreto nº 17, de 2 setembro de 1935, apresentou uma estrutura administrativa moderna, cuja análise nos mostra os pontos priorizados pelo Prefeito, ressaltando os avanços administrativos na forma como a questão social estava sendo tratada. A observação atenta da nomenclatura e das atribuições de cada secretaria e suas subdivisões internas não só dá uma idéia de como Pedro Ernesto organizou e estruturou seu governo, mas também tornam claras as metas objetivadas por ele.

A prefeitura se dividia em cinco secretarias: de Interior e Segurança; de Finanças; de Educação e Cultura; de Saúde e Assistência; e de Viação, Trabalho e Obras Públicas.²⁰ A Secretaria de Interior e Segurança era dividida em quatro diretorias: de Interior, de Segurança, de Abastecimento e a grande novidade, a Diretoria de Turismo e Propaganda.

É interessante perceber que, na década de 1930, o Rio de Janeiro não tinha grandes problemas de segurança pública. A Diretoria de Segurança, apesar de ter a sua importância, não tinha tanta visibilidade como viria a ter com o passar dos anos. Já a Diretoria de Turismo e Propaganda era a “menina dos olhos” do Prefeito. Criado em 1933, o Departamento de Turismo era um dos pontos mais importantes da administração de Pedro Ernesto, tanto que se transformou em uma diretoria em 1935. Logo que assumiu a prefeitura, ele já havia defendido a utilização do carnaval como mola propulsora do crescimento do turismo na cidade do Rio de Janeiro, sendo inclusive o primeiro prefeito a oficializar o apoio ao carnaval, fato que aumentou sua popularidade entre a população dos morros da cidade e lhe deu o apoio de famosas personalidades do samba, tais como Flávio das Neves –presidente da Liga das Escolas de Samba–, Paulo da Portela e Saturnino Gonçalves –sambistas ícones da Portela e da Mangueira, respectivamente.

O Prefeito abraçou a idéia de transformar a capital da República num dos

²⁰ Todas as informações desse tópico foram obtidas em: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – Códice 48-3-34A.

principais centros mundiais de turismo, chegando a elaborar um calendário com esse fim que teria início, como não podia deixar de ser, com a grande festa popular do carnaval carioca. Daí entendermos o outro lado da iniciativa da prefeitura em oficializar, financiar e promover o desfile das grandes escolas de samba. Além de obter a simpatia dos foliões, o Prefeito também pensava em organizar a festa de modo que ela se tornasse atraente à visitação turística e, conseqüentemente, lucrativa.

Logo, é possível percebermos que a Diretoria de Turismo e Propaganda foi mais uma iniciativa inovadora da administração Pedro Ernesto, que se mostrava cada vez mais um administrador competente e um político que tinha um claro destaque dentro da política nacional. As realizações na capital da República eram divulgadas pelas várias regiões do Brasil através principalmente de periódicos, já que a cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal, era o palco da política nacional e irradiava tendências para as demais cidades brasileiras.

Já a Secretaria de Educação e Cultura, nesse momento –ano de 1935– tratava quase que exclusivamente da recém-criada Universidade do Distrito Federal (UDF). Esse projeto foi um ponto importantíssimo da administração Pedro Ernesto. O decreto do dia 2 de setembro de 1935 dava total atenção ao bom funcionamento dos institutos da UDF e propunha um passo à frente: a criação de um Conservatório de Música. O próprio nome dessa secretaria mostra a visão ampla que Anísio Teixeira –secretário municipal de educação; um dos precursores do Movimento da Escola Nova, surgido na década de 1920– e Pedro Ernesto tinham da educação. Mais do que mero ensino escolar, eles a viam como o mecanismo de desenvolvimento da cultura nacional.

Analisando a Secretaria de Viação, Trabalho e Obras públicas, percebe-se que ela tinha a missão de promover a harmonia da estrutura urbana como um todo, cuidando do bem estar do “corpo físico” da cidade. As atribuições dessa secretaria iam desde o cuidado com o transporte público, passava pelo estudo dos locais que necessitavam de obras urgentes e a previsão do tempo de duração das mesmas e se estendiam à análise do desemprego, do levantamento numérico das profissões e dos problemas relativos ao trabalho.

Outra secretaria que merece destaque é a de Saúde e Assistência. Juntamente com a de Educação e Cultura, ela foi o ponto-chave da administração municipal. O desenvolvimento da educação e da saúde era visto como um princípio básico ao desenvolvimento da cidadania e, mais do que isso, primordiais para que o Estado ampliasse sua esfera de influência, estendendo o “braço do poder público” às camadas da população que estavam sem infraestrutura dos serviços urbanos e, muitas vezes, com o agravante de se encontrarem fisicamente distantes do centro da cidade.²¹

A Secretaria de Saúde e Assistência tinha como objetivos “defender a saúde por todos os modos e meios possíveis”. O decreto nº 17, de 2 de setembro de 1935, estabelecia que a secretaria deveria prover tratamento médico hospitalar, prestação médico-cirúrgica de urgência e dar noções de boa higiene pessoal aos assistidos. Até esse ponto nada de novo. Englobava ainda as atribuições da secretaria a “defesa da raça, compreendendo os **problemas de patologia social** e amparando a maternidade, a infância, a juventude e os adultos em perigo físico, **econômico e social**” [grifos meus].

Logo, percebemos aqui que, ao contrário do que afirma Ângela de Castro Gomes, a introdução da medicina social no Brasil e visão ampla da saúde do trabalhador como uma questão que englobava, mais do que cuidados médicos, também fatores econômicos e sociais, não foi pioneirismo do Estado Novo Varguista²² (GOMES, 2002: 242-243), estando presente já em 1935 nas atribuições principais da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência do Distrito Federal.²³ Completavam as atribuições dessa secretaria o amparo aos velhos [sic] e a assistência aos mortos. A última secretaria, de caráter essencialmente técnico, era a de Finanças.

Tratemos agora de outro importante ponto defendido pelo então Prefeito. Pouco antes das eleições municipais de 1934, Pedro Ernesto criou a Polícia Municipal pelo decreto municipal nº 4.790, de 22 de maio de 1934. Segundo

²¹ A grande maioria dos colégios públicos construídos foram nas zonas norte e oeste, além de, pioneiramente, uma escola ter sido construída numa favela: no morro da Mangueira.

²² Gomes defende o pioneirismo do Estado Novo varguista nessa questão, mais precisamente nas páginas 242 e 243 de *A invenção do trabalhismo* (2002). Como vemos, o pioneirismo coube a Pedro Ernesto, alguns anos antes.

²³ Problemas de saúde e “patologia social” (expressão usada na época) fizeram parte de um programa internacional, sob a égide da eugenia. O marco desse pensamento no Brasil foi o Congresso de Eugenia, em 1928, que fez recomendações à administração pública sobre a questão. Para mais informações, ver: Vanderlei Sebastião de Souza (2006).

este dispositivo legal, a corporação seria composta por 1.900 homens a serviço da Prefeitura, incluindo neste total 400 guardas-noturnos. O debate político sobre a necessidade de existência de tal instituição foi amplo, suscitando posições divergentes e troca de acusações.

Para o Prefeito, a existência de tal polícia era mais um passo rumo à autonomia carioca tão pregada pelo Partido Autonomista do Distrito Federal.²⁴ Já para a oposição, a Polícia Municipal nada mais era do que um grupamento desnecessário –visto que o policiamento do Distrito Federal era feito pelas polícias civil e militar, sob o comando do Chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Muller– que aumentava os gastos do município e funcionava como “cabide de emprego”, com os cargos de confiança sendo entregues de acordo com os interesses políticos do Prefeito.²⁵

Segundo Michael Conniff, em 1934 “Pedro Ernesto opunha-se decididamente a Muller e a outros, em especial Góis Monteiro, ministro da Guerra desde o início de 1934. Por isso, o Prefeito propôs a criação de uma Guarda Municipal para assumir muitas funções da polícia na capital” (CONNIFF, 2006: 186). Sem dúvida a criação da Polícia Municipal tinha o objetivo de diminuir o poder de intervenção do Chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Muller. Porém, tal meta foi parcialmente boicotada pela atuação do general Góis Monteiro, Ministro da Guerra na ocasião, que conseguiu que a Polícia Municipal fosse equipada apenas com “armamento ligeiro” –ou seja, pistolas e metralhadoras leves. Ainda por pressão do Ministro da Guerra, o comando da polícia do município foi entregue ao tenente-coronel Zenóbio da Costa, militar de tendências conservadoras e que, na época, tinha simpatias pela ideologia da Ação Integralista Brasileira.²⁶

Pelo menos, Pedro Ernesto conseguiu um relativo esvaziamento do poder de Filinto Muller. Segundo o historiador Carlos Eduardo Sarmiento, a

²⁴ Desde a Proclamação da República a cidade do Rio de Janeiro sofria intervenção federal. O prefeito era indicado pelo presidente, as decisões da câmara dos vereadores tinham que receber a chancela do Senado Federal e a cidade não tinha um corpo policial próprio. Pedro Ernesto lutava pela autonomia da cidade e para isso fundou o Partido Autonomista do Distrito Federal. Para mais informações sobre a histórica discussão sobre a autonomia carioca ver Américo Freyre (2000).

²⁵ Na oposição, destaque para a atuação de Adolfo Bergamini e para o discurso de Thiers Perissé na Câmara dos Deputados, em meados de 1934, criticando efusivamente a criação da Polícia Municipal carioca. Anais da Câmara dos Deputados, 1934, v. 2, p. 3.

²⁶ Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, CPDOC - FGV, verbete Pedro Ernesto Baptista.

tensão entre o Prefeito e o Chefe de Polícia do Distrito Federal “era uma das facetas das questões ideológicas que estavam abalando as relações entre algumas lideranças tenentistas”. Pedro Ernesto, ao optar por uma aproximação com as camadas populares e com lideranças operárias dentro de seu projeto político, contrapunha-se a uma tendência que ganhava corpo entre os antigos revolucionários e “membros do governo Vargas que viam na centralização e na adoção de um perfil autoritário de Estado as únicas formas de empreender a condução política brasileira” (SARMENTO, 2001: 174-175).

Entendemos que a Polícia Municipal tinha um pouco de cada uma das intenções relatadas pelos políticos da época. Pedro Ernesto estava dizendo a verdade sobre o fato de a Polícia Municipal ser mais um passo rumo à obtenção da autonomia carioca. Logo, isso implicaria no esvaziamento do poder do Chefe de Polícia Filinto Muller, indicado pelo presidente da República. Já as críticas feitas pela oposição, apesar terem o intuito óbvio de desvalorizar a obra de Pedro Ernesto, também estavam corretas, já que a Polícia Municipal aumentou verdadeiramente o corpo burocrático da prefeitura, dando origem a cargos que foram ocupados de acordo com as necessidades políticas de quem a dirigia nesse momento.

Podemos ainda identificar que o Prefeito, ao criar a polícia do município, teve o objetivo de possuir uma força policial própria, independente da civil e militar, que fosse mais fiel às deliberações de Pedro Ernesto e evitasse qualquer tentativa de golpe articulada pelos seus inimigos, principalmente de um eventual ataque integralista – grupo criticado pelo Prefeito, do qual se tornariam inimigos políticos após Pedro Ernesto, em discurso na campanha eleitoral de 1934, considerá-los “uma ameaça às instituições democráticas do país” (NUNES, 2001: p. 114).

O decreto nº 32 de 2 de outubro de 1935, posteriormente regulamentado pelo decreto nº 5.658 de 5 de novembro desse mesmo ano, estabeleceu que fosse criada uma “Escola de Polícia”, dentro da Polícia Municipal, a fim de dar “educação profissional aos guardas, fiscais e comissários dessa corporação”.²⁷ A simples existência da força policial municipal não garantia ao Prefeito sua ação da forma como ele almejava. Seguindo os mesmos princípios que aplicava em

²⁷ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – Códice 48-3-34A.

sua política educacional, Pedro Ernesto entendia ser necessária a educação dos policiais para o serviço que iriam prestar. Essa educação tinha dois vieses: por um lado preparava melhor o policial às suas funções e, por outro, estabelecia um comando forte, criando um vínculo sólido da corporação com sua chefia, que era, em última instância, o Prefeito.

O curso, pelo qual deveriam passar todos os policiais da Polícia Municipal, teria a duração de dois anos, durante os quais seriam ensinadas as seguintes disciplinas: “Brasileiro²⁸ [sic], Aritmética, Geografia, História Pátria, além do Curso Especial”. Este último seria composto por “instrução policial e noções de Direito Penal, de Direito Constitucional, de Polícia Técnica, de Patologia Social e de Psicologia Forense Estatística”.²⁹ Pedro Ernesto, como é possível perceber, tinha uma visão moderna também no que diz respeito à preparação e desenvolvimento de uma política de segurança.

Suas inovações eram criticadas por muitos e aplaudidas por outros. Mas o que nos interessa é compreender que o sucesso de suas medidas administrativas e a independência política que ele vinha obtendo, lançando idéias novas e ganhando projeção não só na cidade, mas também nacionalmente, fazia ele cada vez mais um político visado. Inclusive, em 1937, a Polícia Municipal acabou sendo usada contra Pedro Ernesto em seu julgamento (PEDREIRA, 1937: *passim*), quando ele respondeu a um processo que o acusava de prestar auxílio aos revoltosos do movimento aliancista deflagrado em novembro de 1935.³⁰

É perceptível que a imensa popularidade que ele havia conquistado durante os anos em que estava à frente da Prefeitura o tornava um político muito perigoso não só para o presidente Vargas, mas também para todos aqueles que eram a favor de um governo centralizado e autoritário e que não admitiam projetos políticos alternativos. Enquanto Pedro Ernesto inovava estando submetido ao Presidente, sua ameaça era mínima; mas, a partir do momento em que ele se tornou prefeito eleito, em maio de 1935, e agiu

²⁸ Para mais informações sobre a discussão, que acontecia na época, da possível criação de uma “Língua Brasileira”, ver: Orlando de Barros (2006: 203-230).

²⁹ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – Códice 48-3-34A.

³⁰ A Polícia Municipal foi acusada de prestar auxílio aos revoltosos, o que foi desmentido pelo então coronel Euclides Zenóbio da Costa, ao afirmar que o “prefeito havia dado ordens, nas últimas horas da tarde de 26 [de novembro], de pôr à disposição do Ministro da Guerra toda a força policial do município”. CPDOC - FGV, Arquivo Pedro Ernesto, rolo 1, fot. 614.

decisivamente no intuito de se emancipar do governo federal – e a criação da Polícia Municipal foi uma das medidas nesse intuito –, então sua permanência na prefeitura da capital do país, palco central dos acontecimentos políticos da nação, se tornou inconcebível.

Talvez o grande problema de Pedro Ernesto, que deu margem para que seus inimigos aumentassem as críticas ao seu governo, tenha sido a polêmica gerada pela legalização do jogo. Desde que assumira a prefeitura, ainda na qualidade de interventor, ele já defendia a sua legalização como uma forma de obter, através dos fundos provenientes da taxaço sobre os jogos de azar, recursos para investir em sua obra educacional e sanitária. Além disso, o Prefeito disse repetidas vezes que “turismo sem jogo é irrealizável”³¹, dando os exemplos de Portugal e Itália que tiveram um enorme decréscimo turístico depois de proibirem o funcionamento dos cassinos, o que lhes obrigou a voltar atrás em tal decisão.

Embora a Constituição e o Código Penal Brasileiro considerassem tal prática ilegal, o prefeito do Distrito Federal conseguiu a permissão do Presidente, que emitiu decreto dando permissão para o funcionamento de casas de jogos de azar na capital da República. Dessa forma, no final de 1934 os cassinos e roletas entraram em funcionamento no Rio de Janeiro. Inclusive o popular “jogo do bicho”, também proibido, passou a ter suas bancas de aposta funcionando livremente, sem a costumeira repressão policial.

A legalização do jogo causou um debate ainda mais efervescente do que a criação da Polícia Municipal e enfraqueceu, inclusive, as bases políticas do Prefeito. Pedro Ernesto teve que enfrentar críticas não só da oposição,³² mas também de membros de seu próprio partido, que não viam com bons olhos tal medida. O vereador Átila Soares, presidente do diretório do Partido Autonomista –partido do Prefeito– na Lagoa, convenceu Augusto Amaral Peixoto a promover uma investigação sobre o funcionamento das casas de apostas. O resultado foi uma denúncia contra um emissário do senador Jones Rocha, homem de confiança de Pedro Ernesto. Surpreendendo a muitos, este último puniu o emissário, mas não se convenceu do envolvimento de daquele

³¹ Biblioteca Nacional, *Diário da Noite*, 04/02/1933.

³² Destaque para a atuação de Azevedo Lima, que denunciou recorrentemente a utilização das casas de apostas como financiadoras do empreguismo e do enriquecimento ilícito de líderes do Partido Autonomista.

em qualquer atividade ilícita. Essa situação causou um mal-estar que deflagrou uma grande crise no já dividido Partido Autonomista do Distrito Federal, levando ao rompimento entre dois velhos amigos, Augusto Amaral Peixoto e Pedro Ernesto.

As denúncias de irregularidade no jogo causaram problemas ainda maiores para o Prefeito. Além da crise de sua base aliada local, provocou uma série de críticas de políticos de várias partes do Brasil, principalmente de senadores da República. Um exemplo disso foi o discurso do representante piauiense Pires Rabelo³³, que clamou pelo retorno da intervenção federal no Rio de Janeiro. Apesar de todos os problemas, Pedro Ernesto assegurou a continuidade da liberalização das roletas na cidade, sempre realçando que os impostos colhidos estavam sendo fundamentais para a colocação em prática de seus projetos de construção de hospitais e colégios públicos.

É interessante percebermos que as críticas ao jogo se mantiveram ao longo de todo o ano de 1935, porém apenas em reportagens pontuais e referências isoladas em alguns discursos de parlamentares. Apesar dos problemas gerados, em momento algum observamos qualquer pedido de saída de Pedro Ernesto da prefeitura ou mesmo uma expressiva diminuição de sua popularidade. Porém, logo após a ocorrência da *Intentona Comunista*, em novembro do mesmo ano –, as críticas de alguns jornais se tornaram claramente mais efusivas. A partir de dezembro podemos dizer que sua administração entrou no que podemos chamar de “fase de declínio”, o que demonstra que sua saída estava fortemente atrelada aos acontecimentos de novembro de 1935.

A maior aproximação de Pedro Ernesto com os trabalhadores, dando origem à União Trabalhista do Distrito Federal³⁴ (UTDF), além do aprofundamento de sua política educacional, com a criação da Universidade do Distrito Federal³⁵ (UDF), foram decisivos para a percepção do governo federal

³³ Anais do Senado Federal, 1935, v. 5, p. 30.

³⁴ Teve Pedro Ernesto como presidente e contou com a adesão de mais de 70 sindicatos e o total de mais de 30 mil trabalhadores. Um número extremamente significativo para a época. Para mais detalhes sobre a União Trabalhista, ver o discurso pronunciado por ele na ocasião da fundação da mesma, em 13 de maio de 1935. CPDOC - FGV, Arquivo Pedro Ernesto, folheto PEB 5f. Cabe ainda a sugestão para que se observem os comentários feitos pelos periódicos no dia seguinte da fundação da União Trabalhista. Ver: Biblioteca Nacional, setor de periódicos.

³⁵ Criada em 4 de abril de 1935. Para detalhes do funcionamento da universidade e de seu corpo docente, ver CPDOC - FGV, Arquivo Pedro Ernesto, Folheto LF 88f.

de que o Prefeito obtivera uma independência política ameaçadora e que precisava ser combatido. Após a realização desses dois projetos, criados e desenvolvidos de abril a outubro de 1935, passou a enfrentar maiores pressões e a sofrer críticas de alinhamento ao comunismo.

As acusações vinham da Ação Integralista Brasileira, da Igreja Católica –que era contra a educação laica defendida pelo Prefeito– e por homens importantes do governo federal, como Góis Monteiro, Filinto Muller e Francisco Campos –este último um católico fervoroso, imposto por Vargas para a Secretaria de Educação do Distrito Federal, em dezembro de 1935, em substituição a Anísio Teixeira, com o objetivo de retornar com a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas, retirado por Pedro Ernesto e Teixeira em 1932.³⁶

O movimento aliancista de novembro foi a desgraça de Pedro Ernesto, já que ocorreu num momento chave em que ele já havia consolidado a autonomia do Distrito Federal, dava um passo à frente em sua política educacional e aprofundava seus laços com os trabalhadores. Era tudo o que o governo federal precisava para eliminar as pretensões do Prefeito sob uma justificativa aceitável: acusação de envolvimento na *Intentona*.

Nessa atmosfera política, de novembro em diante, as críticas ao jogo se intensificaram a ponto de, em fevereiro do ano seguinte, dois periódicos atacarem diariamente a prefeitura pela forma como ela lidava com a questão dos cassinos. Enfraquecido com a demissão de Anísio Teixeira e a saída de outros muitos colaboradores –todos acusados de envolvimento com o comunismo– e ideologicamente derrotado com o fracasso da União Trabalhista e da Universidade do Distrito Federal –cuja orientação apolítica foi forçosamente mudada com a demissão de vários professores esquerdistas–,³⁷ Pedro Ernesto aguardava o momento em que ele próprio iria perder seu cargo. O período de dezembro de 1935 a abril de 1936 foi marcado pela completa desarticulação da estrutura administrativa de Pedro Ernesto, que teve

³⁶ Para mais detalhes sobre a grande discussão da Educação no Distrito Federal, que colocou em lados opostos a Igreja Católica e o prefeito Pedro Ernesto, ver: Alberto Gawryszewsk (1988).

³⁷ A entrada de Francisco Campos na Secretaria de Educação do Distrito Federal significou também o desmantelamento da Universidade do Distrito Federal. Esta universidade, que para Anísio Teixeira tinha caráter democrático, “reunindo professores das mais diversas crenças e credos”, perdeu todos os professores de esquerda, demitidos por Campos. Para mais detalhes, ver: João Roberto Oliveira Nunes (2001).

muitos funcionários perseguidos e presos, que conseqüentemente também acabou prejudicando o controle fiscal sobre as casas de apostas.

O *Diário da Noite*, de modo mais contido e, principalmente, o *Diário de Notícias*, esse de forma mais incisiva, atacaram duramente Pedro Ernesto até sua saída da Prefeitura, com um claro intuito –mais por parte do segundo periódico– de jogar a opinião contra o líder municipal, dando um golpe fatal contra sua administração.

O *Diário de Notícias*, cuja orientação sempre foi antigovernista, atacou Pedro Ernesto querendo atingir também, por tabela, o Presidente. O que os diretores do jornal não perceberam é que as críticas feitas contra a administração municipal acabaram por beneficiar o governo federal e a perspectiva centralizadora que estava em marcha, já que estavam atacando um projeto político que, embora tivesse seus defeitos, se apresentava como uma alternativa frente às idéias autoritárias defendidas pelo Presidente da República e seus homens de confiança.

Sendo assim, na edição de 4 de fevereiro de 1936, o jornal apresentou os cassinos como casas de desvirtuamento social, reforçando as palavras do vereador Átila Soares e do grupo que o apoiava, a Liga Eleitoral Católica (LEC):

[...] só se descobrem males, e dos maiores, nas novas concessões. [...] Ora, da maneira porque caminham as coisas, acabaremos um dia com a cidade entregue à jogatina desenfreada, sem cassinos e sem rendas para as obras de assistência social. [...] Defronta-se, já agora, um espetáculo comprometedor. Em pleno dia, nas horas de trabalho, o Rio de Janeiro se vê entregue à sedução do jogo, que atrai comerciários, bancários, funcionários públicos, trabalhadores modestos. Longe de se limitar aos cassinos, onde a seleção é forçada pela sua situação especial e pela fiscalização da prefeitura e da polícia, o jogo vai envolver as classes que deveriam ser protegidas contra a sua infiltração.³⁸

Essa questão do jogo deu oportunidade a outros vários ataques sofridos pela administração Pedro Ernesto. No dia seguinte o *Diário de Notícias*, mais uma vez, trouxe um cuidadoso levantamento dos artigos regulamentares que estavam sendo infligidos pelas casas de apostas, entre os quais a realização de jogos não permitidos pelo decreto presidencial, a não comprovação do patrimônio mínimo de 1 conto de réis para a criação de um cassino, a não apresentação de uma planta especificando todos os pré-requisitos arquitetônicos para a aprovação do funcionamento da casa, e a ausência de

³⁸ Biblioteca Nacional, *Diário de Notícias*, 04/02/1936.

salões para música, teatro, cinema, conferências, exposições e restaurantes – também obrigatórios, segundo o regulamento de liberalização do jogo. O jornal ainda ameaçou o Prefeito, dizendo que nas próximas reportagens continuaria a demonstrar, “com o regulamento do jogo na mão, as escandalosas e inadmissíveis violações do seu texto”. E finalizou dizendo que era de “crer que o sr. Pedro Ernesto, em face delas, reconheça afinal, o erro enorme que vem praticando, nesse particular, sob a responsabilidade do seu nome e de sua administração”.³⁹

O fato é que o *Diário da Noite* fez coro com seu concorrente, dando ênfase às transgressões que o regulamento do jogo estava sofrendo:

[...] O sr. Pedro Ernesto deve ter agido inadvertidamente ao concordar com essas clamorosas transgressões do regulamento do jogo. As casas do centro da cidade, focos de dissolução social, exploram o jogo sem constrangimento, em edifícios improvisados, com despesas mínimas, pagando impostos insignificantes. É incrível!⁴⁰

No dia 14 do mesmo mês, o mesmo jornal trouxe uma carta aberta dos moradores da Praça Tiradentes, clamando a Pedro Ernesto que não permitisse que um famoso restaurante da região se transformasse em cassino, o que traria prejuízo aos comerciantes ao redor –que teriam sua freguesia desviada para o novo estabelecimento–, além de prejudicar os teatros João Caetano e Carlos Gomes, que também perderiam público para a nova casa de jogos.⁴¹

Somente em 30 de março de 1936 o *Diário da Noite* mudou o discurso, relatando o maior rigor da fiscalização dos cassinos. Além do aumento da taxa fixa, de 4 para 5 contos de réis, houve a alteração do imposto sobre o movimento, de 10% para 12,5%, e a redução do limite mínimo de vendas de “pules”. Não seria permitida ainda, a partir de 1º de abril, a distribuição de prêmios extras; as casas de jogos desportivos só poderiam distribuir a quantia exata do rateio.

O “cessar-fogo” não foi seguido pelo *Diário de Notícias* que, sempre incisivo, encarou as medidas como enganadoras e que não resolviam o real problema que era simplesmente o fato das casas de jogos existirem. Estas estariam, segundo o jornal, levando “à maior degradação moral e social que já se

³⁹ Ibidem, 05/02/1936.

⁴⁰ Biblioteca Nacional, *Diário da Noite*, 06/02/1936.

⁴¹ Ibidem, 14/02/1936.

infligiu a uma capital de um país”.⁴²

A oposição do *Diário de Notícias* a Pedro Ernesto era tão intransigente que, na edição de 4 de abril de 1936, a prisão e conseqüente saída de Pedro Ernesto da prefeitura foi encarada como um fato positivo que levaria ao fim da permissão do jogo.⁴³ Quatorze dias depois, no dia 18 do mesmo mês, o jornal não só festejou a proibição do jogo, como atacou incisivamente a administração do Prefeito preso, elogiando somente o legado educacional e sanitário deixado por ele. Segundo a reportagem, teriam sido na educação e na saúde “os únicos traços de atividade benéfica do senhor Pedro Ernesto que merecem respeito, porque tudo o mais exige demolição, precedida de creolina, pois não basta apenas demolir, é preciso também expurgar”.⁴⁴

Logo, é possível percebermos que o jogo serviu como elemento importante para a arrecadação de impostos, mas a aplicação falha de seu regulamento fez com que esse projeto se tornasse um grande problema para Pedro Ernesto, principalmente devido ao cenário político conturbado vivido após a *Intentona*. Críticas surgiram na imprensa e o problema envolvendo Jones Rocha contribuiu para o aumento das críticas dentro do Partido Autonomista. Em linhas gerais, o jogo trouxe mais malefícios do que benefícios para a vida política do primeiro Prefeito eleito da história do Rio de Janeiro.

Esse foi o estopim para sua saída do poder. Os problemas relativos ao jogo foram superdimensionados com o intuito de enfraquecer ainda mais um governo que já havia perdido dezenas de funcionários acusados de participação na *Intentona*, sendo o mais importante deles o educador Anísio Teixeira. Com sua estrutura administrativa quebrada e sua organização mutilada, a administração municipal definhou de dezembro de 1935 a abril de 1936, quando, finalmente, o Prefeito virou o alvo das mesmas acusações de seus colegas de trabalho e foi preso.

São inegáveis as inovações do governo Pedro Ernesto Baptista: aproximação com os trabalhadores, leis trabalhistas, ênfase dada à saúde e à educação, criação da União Trabalhista do Distrito Federal e da Universi-

⁴² Biblioteca Nacional, *Diário de Notícias*, 31/03/1936.

⁴³ *Ibidem*, 04/04/1936.

⁴⁴ *Ibidem*, 18/04/1936.

dade do Distrito Federal, entre outras. O sucesso de Pedro Ernesto foi a causa de sua saída do governo. As pressões aumentaram e a *Intentona Comunista* deu a oportunidade que o governo federal esperava para retirá-lo da cena política.

Vargas, em 1935, já estava certo de que sua permanência no poder só seria garantida com a implantação de um governo ditatorial. Ele se cercava de homens de confiança que deixavam clara sua opção pelo autoritarismo: de um lado Filinto Muller, Francisco Campos e Oliveira Viana; de outro os generais Góis Monteiro, Eurico Gaspar Dutra e João Gomes; todos adeptos do autoritarismo. Nesse contexto político, não era aceitável um projeto político alternativo, diferente do implantado pelo governo federal.

Soma-se a isso o fato de Pedro Ernesto ter se tornado extremamente popular, pelo seu passado de caridade em sua casa de saúde e pela sua atuação frente à prefeitura, se aproximando da população mais pobre com o intuito de obter uma forte base de apoio eleitoral. Vargas estava atento a isso e percebeu a esmagadora vitória do Prefeito nas eleições municipais de 1935 e a crescente independência política de seu antigo aliado.

O Presidente percebeu então que só poderia existir um “pai dos pobres” e este não poderia ser Pedro Ernesto, razão pela qual acabou preso, foi afastado da vida pública durante o Estado Novo –mesmo após ter sido inocentado, em setembro de 1937⁴⁵, não conseguiu apoio federal para assumir nenhum cargo durante a ditadura– e acabou falecendo em 1942. As centenas de milhares de pessoas presentes em seu enterro⁴⁶ deram a dimensão de sua importância na capital da República e encerraram o ciclo deste pernambucano, cuja política foi marcadamente inovadora.

Fontes:

⁴⁵ Processo nº 1 do Tribunal de Segurança Nacional.

⁴⁶ É interessante mostrar o relato do jornal *Correio da Manhã* sobre o enterro de Pedro Ernesto: “A certa altura, não foi mais possível conter os que se esforçavam para conseguir tomar uma das alças do caixão, e desse momento em diante passou a urna funerária a ser carregada ao ombro dos populares, muitos dos quais a aparência denunciava pertencerem à classe humilde, onde maior se fizera o vasto círculo de admiradores do ex-prefeito da cidade. [...] Uma vastíssima multidão assistiu ao desfile fúnebre. Representantes de todas as classes. Grupos formados pelos representantes de associações profissionais, enfermeiras, militares, escolares, serventuários municipais, entre outros”. Biblioteca Nacional, periódico *Correio da Manhã*, 12/08/1942.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro:

Fundos e códices relativos à administração municipal entre 1930 e 1936.

Biblioteca Nacional – Setor de Periódicos (Microfilmes):

Correio da Manhã

Diário da Noite

Diário de Notícias

Jornal do Brasil

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) / Fundação Getúlio Vargas (FGV):

Arquivo Pedro Ernesto

Câmara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro:

Documentação administrativa entre 1930 e 1936.

Bibliografia:

BARROS, Orlando de. *Preconceito e educação no Governo Vargas (1930-45). Capanema: um episódio de intolerância no Colégio Pedro II*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1987.

_____. O anarquista das letras. In: DEMINICIS Rafael; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *História do Anarquismo no Brasil*. 1 v. Niterói / Rio de Janeiro, EdUFF / Mauad, 2006.

CONNIFF, Michael L. *Política urbana no Brasil: a ascensão do populismo 1925-1945*. Tradução de Myriam Campello. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO. CPDOC – FGV.

FREYRE, Américo. República, cidade e capital: o poder central e as forças políticas do Rio de Janeiro no contexto da implantação republicana. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Rio de Janeiro: Uma cidade na História*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GAWRYSZEWSK, Alberto. *A administração Pedro Ernesto 1931-1936*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1988.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

LEMME, Antonio César. *Rompendo o Silêncio: educação, cidadania na administração Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Secretaria das Culturas, s/d.

NUNES, João Roberto Oliveira. *A administração Pedro Ernesto e a Questão Educacional*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

Thiago Cavaliere Mourelle

Um projeto político inovador: a prefeitura de Pedro Ernesto Baptista no Rio de Janeiro...

PEDREIRA, Mário Bulhões. Razões de Defesa do Dr. Pedro Ernesto Baptista, 1937.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *O Rio de Janeiro na Era Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A 'eugenia negativa' nos trópicos: a política biológica e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1928-1932). IN: XII Encontro de História Regional. Rio de Janeiro, 2006.

TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus. 990-1992*. São Paulo: EDUSP, 1996.

Colaboração recebida em 31/10/2009 e aprovada em 08/02/2010.